

## Memória e Identidade em um Espaço de Migração: Fronteiras em Santa Rita, Alto Paraná, Paraguai

Andressa Szekut  
Universidade Federal de Pelotas  
Doutoranda em Memória Social e Patrimônio Cultural (Bolsista-CAPES)

Jorge Eremites de Oliveira  
Docente da Universidade Federal de Pelotas  
Bolsista de produtividade em pesquisa do CNPq

**Resumo:** Neste artigo os autores apresentam uma reflexão teórica e metodológica sobre a memória e a identidade aplicadas ao estudo das relações sociais vivenciadas por imigrantes brasileiros no município de Santa Rita, Departamento de Alto Paraná, Paraguai, espaço de recente colonização. Para este propósito utilizam dados obtidos a partir de pesquisa de campo em andamento e uma bibliografia sobre memória, identidade, representações e fronteiras. Entendem que a memória é uma construção social e sugerem que os imigrantes se apoiam em uma memória coletiva construída a partir de referenciais de origem para a construção social do espaço de colonização. Este processo é realizado a partir de representações que identificamos imigrantes e estabelecem fronteiras materiais (políticas e econômicas) e simbólicas (culturais) entre o *nós* e o *Outro*.

**Palavras-chave:** Memória Social, Identidade, Fronteiras, Imigrantes Brasileiros, História do Paraguai.

**Abstract:** In this article the authors present a theoretical and methodological reflection on memory and identity applied to the study of social relationships experienced by Brazilian immigrants in the municipality of Santa Rita, Department of Alto Paraná, Paraguay, space of recent colonization. For this purpose use data obtained from field research in progress and a bibliography about memory, identity, representations and boundaries. They understand that the memory is a social construct and suggest that immigrants support on a collective memory built from source references for the social construction of space colonization. This process is carried out from representations that identify immigrants and establish material boundaries (political and economic) and symbolic (cultural) between *us* and the *Other*.

**Keywords:** Social Memory, Identity, Boundaries, Brazilian immigrants, History of Paraguay.

### Considerações Iniciais

Os estudos sobre a memória têm sido ampliados nas últimas décadas e passaram das análises sobre uma faculdade mental para as relativas a um processo de construção social, individual e coletiva. Resultam de pesquisas realizadas em um amplo campo de investigações que envolvem diferentes áreas disciplinares, como a Antropologia Social, a História e a Sociologia, cujo tema tem sua valorização vinculada aos processos históricos

relacionados às duas grandes guerras mundiais, a Primeira, de 1914 a 1918, e, especialmente, a Segunda Guerra, de 1939 a 1945. As discussões sobre a memória também compõem um campo cheio de controvérsias e, por este motivo, no presente trabalho parte-se da noção de memória como uma construção social, formadora da identidade de coletivos humanos. Para o caso aqui analisado, aproximam-se as acepções sobre a memória e a identidade a uma reflexão a respeito da fixação de imigrantes em outro país, na perspectiva de compreender os processos memoriais em que os indivíduos estão inseridos.

Relativo à reflexão teórica e metodológica sobre a memória e a identidade, aplicada à realidade vivenciada por imigrantes brasileiros no município de Santa Rita, no Departamento de Alto Paraná, Paraguai, cumpre apresentar algumas considerações iniciais. Trata-se de uma área emancipada em 1990, localizada aproximadamente a 80 km da tríplice fronteira do Paraguai com o Brasil e a Argentina. Encontra-se em uma região marcada pela colonização brasileira no território paraguaio e seu desenvolvimento está associado às frentes de expansão das fronteiras agrícolas que atingiram a localidade a partir dos anos 1970, cujo processo é acentuado nas décadas de 1980 e 1990.

Para a reflexão aqui proposta, fazem-se necessário abordar, ainda, entendimentos sobre a memória e a identidade, relacionando-as com as representações estabelecidas pelos imigrantes brasileiros naquele espaço. Ali os imigrantes estão em contato com diferenças socioculturais e compõem uma sociedade complexa em constante (re)construção no que se refere à memória e à representação. Por isso busca-se apontar estratégias teóricas e metodológicas para analisar processos dessa natureza, os quais são desenvolvidos em um contexto de múltiplos contatos interétnicos, onde imigrantes influenciam e são influenciados na dinâmica da constituição de um espaço multicultural.

### **Memória, identidade e fronteiras**

De acordo com Izquierdo, a memória é fundamentalmente uma faculdade humana. O autor aponta que a aquisição da memória é um aprendizado e isso ocorre no âmbito da vida em sociedade. Mais ainda, é o armazenamento e a evocação de informações adquiridas através da experiência. Em suas palavras: “Não há tempo sem um conceito de memória; não há presente sem um conceito de tempo; não há realidade sem memória e sem uma noção de presente, passado e futuro” (IZQUIERDO, 1989, p.89). Entende-se, portanto, que a memória é uma faculdade formadora do ser humano a partir de suas experiências, algo relevante para a percepção do próprio indivíduo e da ação das pessoas no tempo e espaço.

Para Halbwachs (1990), a memória é um fenômeno social, uma construção que se faz a partir de referências sobre o passado associadas a quadros sociais, os quais estão relacionados a um complexo sistema de representações. Neste contexto a memória é feita de imagens e esquemas relativos ao passado e relacionados a experiências sociais afetivas. Logo, a memória é formada a partir de quadros sociais em que o indivíduo está inserido e, conseqüentemente, o seu afastamento do coletivo de origem ocasiona a gradual diminuição de referências comuns então compartilhadas. Como a memória individual está ligada a representações coletivas, há a necessidade de uma comunidade afetiva em que é processada, bem como de um traço de identificação para evocar lembranças e memórias.

O referido sociólogo apresenta diferentes quadros de relações sociais, como a linguagem, a família, a religião e as classes sociais, e aponta que cada uma compartilha referências particulares que conferem pertencimento a um determinado coletivo. No que se refere à manutenção da memória de um grupo, o autor diz o seguinte: “O essencial é que os traços pelos quais ele se diferencia dos demais subsistam e que estejam assinalados por todo o seu conteúdo” (HALBWACHS, 1990, p.89).

Nesta linha de argumentação, como neste trabalho discute-se a presença de imigrantes brasileiros no município paraguaio de Santa Rita, sugere-se que os mesmos estão inseridos em um quadro social que compartilha referenciais de memória em comum. Esta situação histórica não é algo homogêneo, mas está relacionada a um processo que partilha traços em comum, como, por exemplo, a origem brasileira e a imigração e fixação naquele espaço.

Conceber a memória como uma construção social de coletivos humanos remete a experiências compartilhadas, comemoradas e ritualizadas. Sobre o assunto, Pollak aponta que a memória pode ser “[...] um elemento constituinte de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e coerência de uma pessoa ou um grupo em sua reconstrução em si.” (POLLAK, 1992, p.204). Esta percepção leva à compreensão da memória como formadora de identidade e esta ideia também é corroborada por Candau:

A memória, ao mesmo tempo em que nos modela, é também por nós, modelada. Isso resume perfeitamente a dialética da memória e da identidade que se conjugam, se nutrem mutuamente, se apoiam uma a outra para produzir uma trajetória de vida, uma história, um mito, uma narrativa. Ao final, resta apenas o esquecimento (CANDAU, 2011, p.16).

Para o referido autora memória é formadora da identidade e, portanto, é uma constante construção histórica e sociocultural, um processo relevante para compreender as

representações sobre o que as pessoas querem de si. Dessa maneira, tanto Candau quanto Pollak destacam que a memória é responsável pela construção de uma continuidade temporal, o que para o primeiro é condição necessária para a representação da unidade do “eu”, consciência de si. Dessa forma, a narrativa sobre a memória ou a identidade narrativa é sempre uma construção: “Em suma a imagem que desejamos dar de nós mesmos a partir de elementos do passado é sempre pré-construída pelo que somos no momento da evocação” (CANDAU, 2011, p.77). Ele destaca que mesmo a memória sendo reconstruída a partir do presente, remete à existência de um núcleo de sentimentos constituídos por elementos do passado, relativamente estabelecidos, que mantém coerência nas construções narrativas acerca do “eu”. Isso tudo ocorre de acordo com referenciais coletivos em que se insere a memória, algo que mais uma vez afirma seu aspecto social.

Nota-se, assim, que o trabalho de memória não é puramente individual, pois “é um tecido memorial coletivo que vai alimentar o sentimento de identidade” (CANDAU, 2011, p.77). Jelin, por seu turno, aponta que a referência ao “trabalho” coloca a pessoa e a sociedade em uma posição ativa e produtiva. Nesse sentido, a autora mostra que a memória passa por processos de significação e ressignificação subjetivos e constantes, nos quais o sujeito de ação se move e se orienta conforme as experiências passadas e as expectativas futuras (JELIN, 2002, p.13). Entende-se, então, a memória como uma construção constante do social, algo que precisa ser colocado temporalmente no presente para ser analisado de acordo com as experiências, as incorporações e as expectativas individuais e coletivas.

Com efeito, o trabalho da memória como processo de construção social constante conduz às influências das relações sociais neste dinâmico processo, evidenciando uma memória coletiva. Em princípio esta situação parece problemática diante da instabilidade que pode derivar as relações sociais, mas também é o que possibilita entender a formação de grupos sociais a partir de novas experiências e expectativas. Dessa maneira é possível considerar que imigrantes brasileiros, ao se fixarem em uma mesma cidade no exterior, compartilham de uma memória social coletiva. Mesmo que não constituam uma homogeneidade, esses indivíduos estão inseridos em um mesmo processo de contatos interétnicos e adaptações socioculturais e, por conseguinte, compartilham experiências, trocas e expectativas. Também estabelecem relações sociais de proximidade frente à diferença marcante do Outro.

Para muitos autores a noção de memória coletiva é problemática. Contudo, Jelin (2002) aponta que ela pode ser entendida como memória compartilhada, produto de interação, enquadramentos sociais e relações de poder. Candau (2011) mostra que a

memória e a identidade coletiva são retóricas holísticas, as quais têm problemas de generalizações, mas podem ser pertinentes de acordo com a interação do grupo a partir de discursos metamemoriais. Por razões desta natureza a memória é aqui criticamente percebida como coletiva, pois se entende que, embora o conceito tenha certa fragilidade, o mesmo permite analisar as representações constituídas por imigrantes brasileiros a partir do compartilhamento de traços socioculturais comuns. Dessa forma, ao tratar dos imigrantes brasileiros em Santa Rita, percebe-os não como um grupo organizado e homogêneo, mas sim como coletivos que partilharem de experiências em comum, formam uma memória coletiva e constroem representações que os definem no espaço e constroem uma identidade em comum. Trata-se, então, de uma identidade coletiva que, segundo Candau (2011), resulta de jogos sutis produzidos nos quadros de relações, reações e interações sociais, contexto em que emerge o sentimento de pertencimento e, por extensão, fronteiras sociais. A experiência compartilhada e a definição de representações podem constituir uma coletividade que compartilhe uma mesma identidade, definindo o “nós” e o “Outro”. Entretanto, ao pensar em um grupo assim, estar-se-á falando da produção de diferença, isto é, de fronteiras, entendidas como materiais e simbólicas, atos premeditados que pretendem limitar e fazer-se reconhecer frente ao Outro (BOURDIEU, 2001).

Refere-se mais a fronteiras sociais (simbólicas), entendendo-as como resultado das construções da memória e identidade coletiva, as quais estão amparadas em uma definição sobre representações constituídas e entendidas como referenciais de um coletivo. De acordo com Chartier, as representações servem para compreender a intencionalidade de um grupo em forjar certa posição social:

[...] não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. Para isso esta investigação sobre as representações supõe-nas como estando sempre colocadas num campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação. As lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus e o seu domínio (CHARTIER, 1990, p.17).

Desse modo, cabe entender as representações sociais dos grupos como formas de lutas de poder e fixação de visão no espaço. As fronteiras ou limites agem sobre as relações sociais a partir de sua ação mobilizadora, exercida pelo poder simbólico. Nesse sentido, como dito anteriormente, as representações também são formadas a partir dos referenciais

de memória do grupo e demonstram, pois, relações de poder estabelecidas nas relações sociais. Aproximando estas reflexões à realidade vivenciada em Santa Rita, pode-se inferir que a fixação de representações de imigrantes brasileiros no município demonstra a constituição de uma memória coletiva do grupo e sua posição e ação na construção daquele espaço.

Destaca-se ainda a importância de estar atento às construções das narrativas das memórias dos grupos, pois neste contexto o uso da memória serve para definir representações, destacando-se práticas como o enquadramento da memória. Este assunto é problematizado por Pollak como a forma de seleção e imposição de memórias pelo grupo dominante. Sobre esta ação de enquadramento, Pollak (1989, p.10) diz o seguinte: “Além de uma produção de discursos organizados em torno de acontecimentos e de grandes personagens, os rastros desse trabalho de enquadramento são os objetos materiais”. Jelin (2002) ainda argumenta que as narrativas da memória estão ligadas a ideologias, ações estratégicas para oficializar narrativas do passado, sendo ferramentas simbólicas de ação eficaz a partir do reconhecimento e legitimação do poder de um grupo sobre outros.

Dessa forma, entende-se a memória e a identidade coletiva como o resultado de construções sociais intencionais. Como tal, estariam evidenciadas a partir das representações constituídas pelos grupos sobre si, cujo estudo pode ser feito por meio dos métodos da história oral e da observação direta ou método etnográfico. Para Pollak (1986) a história oral é sempre uma construção de fonte, na qual o interlocutor relata a experiência organizada a partir do que quer passar, e o entrevistador, por sua vez, está condicionando a respostas a partir da questão levantada. Significa dizer que não existe entrevista neutra e isso precisa ser considerado na construção dos resultados de uma pesquisa. Já a observação direta ou etnografia, conforme explica Feldman-Bianco (2011), é realizada de maneira participante, por meio da convivência e interlocução com atores e atrizes sociais. Através deste último método é possível fazer uma análise ampla a respeito das nuances do contexto social, político e cultural estabelecido entre a população estabelecida em dado espaço.

### **A fixação de imigrantes em Santa Rita e a (re)construção social do espaço**

De acordo com a historiografia oficial, isto é, a versão da história incorporada por órgãos do Estado, Santa Rita é mais um dos municípios que surgiram a partir dos incentivos à colonização nos tempos do ditador Alfredo Strossner, presidente do Paraguai

Entre 1954 e 1989. De acordo com Souchaud (2007) e Silva (2005), na época do governo paraguaio tinha o propósito de promover o desenvolvimento agrícola e da descentralização da população. Para isso cria o Instituto de Bienestar Rural (IBR), cuja missão era a organização da colonização pública nas terras da região Oriental do Paraguai. Seguindo o modelo de um projeto outrora realizado pelo governo brasileiro, conhecido como “Marcha para o Oeste”, foi implantada no Paraguai a “Marcha para el Este”. Trata-se de um projeto voltado para incentivar que a população paraguaia – à época concentrada principalmente em Assunção e circunvizinhanças – colonizasse e produzisse alimentos no interior do país. Juntamente com a iniciativa, houve uma maior aproximação em relação ao governo brasileiro e o incentivo à ida de imigrantes brasileiros para colonizarem, a partir da agricultura, a região de fronteira. Surgiu assim uma nova frente de expansão das fronteiras agrícola no país.

Houve, então, dois movimentos colonizadores a partir da década de 1970: um de Oeste para Leste, constituído majoritariamente por uma população paraguaia, e outro, de Leste para Oeste, formado em sua grande maioria por imigrantes brasileiros. Ambas as frentes encontraram-se na região oriental do país e receberam incentivos do governo central do Paraguai. Contudo, cada frente de expansão passa a influenciar de maneira particular a formação social do espaço colonizado, segundo seus referenciais sobre o passado, especialmente experiências e expectativas (cf. CERTEAU, 2011). A colonização da região oriental do Paraguai, conformada por uma população de diferentes origens, atuou no sentido de construir um espaço social a partir das interações e contatos interétnicos, não necessariamente passivos, em um contexto marcado por diferenças socioculturais.

A partir dessa situação a frente de expansão (re)constrói o espaço onde se fixa e nele imprime suas características e representações. Por este motivo a imigração e fixação de brasileiros em Santa Rita constituem um compartilhamento de memórias e a incorporação de experiências e expectativas.

Entre 1970 e 1990, os migrantes paraguaios e imigrantes brasileiros se movimentam progressivamente em direção ao extremo Leste do Paraguai, em particular aos departamentos de Alto Paraná e Canindeyu. Souchaud (2007) diz que os imigrantes brasileiros influenciaram no desenvolvimento do Paraguai através da implantação de suas formas de produção e também por meio de outras relações socioculturais. Explica que os paraguaios estavam presentes na região de colonização, porém como prestadores de serviços, na formação urbana e nas pequenas propriedades rurais. Sobre este processo, Silva (2005) mostra que os migrantes paraguaios atuam principalmente no comércio, na

pequena propriedade rural e nas questões públicas de infraestrutura. Os imigrantes brasileiros, por outro lado, atuam mais na abertura das áreas para cultivo e na implantação da modernização de produção agrícola. Essas representações são parte da história legitimada da colonização da região e mostram como cada grupo foi se fixando naquele espaço de uma forma geral.

O número de brasileiros que imigram e se fixam no Paraguai ainda é impreciso para as décadas de 1970, 1980 e 1990. Diversas fontes discutem as estimativas a respeito de quantos brasileiros se fixaram no Paraguai, mas não foi encontrada uma conclusão de consenso sobre o assunto. No que tange ao tema, cumpre citar Silva:

Os dados demográficos existentes sobre o fluxo de brasileiros até o início dos anos 1980, envolvendo aquelas correntes migratórias, são de certo modo controversos e até certo ponto estimativos. Autores como Fogel (1982), Nickson (1981), baseados em dados do censo paraguaio de 1982, fazem cálculos próximos a 300.000 pessoas; já Miranda (1982), a partir dos dados da FETAEP (Federação dos Trabalhadores Agrícolas do Estado do Paraná), e Pébayle (1994) estabelecem um número aproximado de 400.000. Outros, como Kohlhepp (1984), Nagel (1991), apontam cifras próximas de 320.000, porém circunscritos a três departamentos da região oriental: Alto Paraná, Canindeyú e Amambay. (SILVA, 2005, p.171).

Souchaud (2007), referindo-se ao fluxo de brasileiros no Paraguai até os anos 1990, chega à estimativa de 500.000 pessoas. Apesar do número impreciso de brasileiros residentes no Paraguai, ressalta-se que a população do país estimada pelo censo de 2012 é de aproximadamente 6 milhões.

De acordo com Souchaud (2007) e Silva (2005), o fluxo varia de acordo com a região e a época, tendo diferentes ondas migratórias. O espaço onde hoje está o município de Santa Rita<sup>1</sup> teria sido uma área de mata tropical de terras produtivas, mas pouco exploradas até os anos de 1970 pelo agronegócio. A historiografia de viés oficial não relata sobre a ocupação desse espaço antes da colonização direcionada aos imigrantes brasileiros, a qual acontece a partir da sua venda, feita pela IBR, no ano de 1972. Na ocasião, Adelino Vettorello loteia a área e comercializa os terrenos no Brasil. Nas fontes e bibliografias levantadas até o momento, observa-se relatos sobre a região a partir de 1973, com a chegada dos primeiros colonizadores brasileiros, sem menções à existência de população residente no local ou aos próprios migrantes nacionais paraguaios. Esta situação, contudo, não deve ser percebida como uma descrição fiel da situação ali existente à época, mas como estratégia de construção da representação sobre um suposto vazio demográfico

---

<sup>1</sup> Dados oficiais do censo de 2002 indicam que Santa Rita tinha aproximadamente 16 mil habitantes (DGEEC, CENSO 2002), embora dados da municipalidade apontem para um total de 36 mil habitantes no presente momento. Nos dois casos, os dados apontam que aproximadamente uma metade da população é constituída por imigrantes e descendentes e a outra, de paraguaios.



destinado à colonização e ao progresso. Exemplo disso é o fato de não haver menção oficial sobre a presença de comunidades indígenas e de camponeses pobres naquele espaço, haja vista que constituem coletivos apagados da memória coletiva e da versão oficial da história regional.

Em um primeiro momento, as atividades ali desenvolvidas foram as de desmatamento de forma gradual e a conseguinte plantação e comercialização de menta, primeira fonte de renda dos colonizadores. Em princípio a infraestrutura básica era inexistente e os colonizadores eram os responsáveis por abrir estradas e desenvolver os meios de sobrevivência, segundo aponta Silva:

De modo geral, as dificuldades e a carência de serviços penalizavam igualmente a todos os migrantes, independentemente da sua origem social e étnica; no entanto, aqueles que dispunham de algum recurso tiveram melhores chances de superação dessas agruras iniciais. A possibilidade de quitar os lotes e obter sua titularidade, mesmo que provisória, sem dúvida se converteu numa imensa vantagem adaptativa, pois isso asseguraria, dentre outras coisas, o acesso a linhas de financiamentos e créditos bancários, do mesmo modo que assegurava a sobrevivência das famílias até o ganho obtido com as primeiras colheitas (SILVA, 2005, p.175).

O autor também assevera que é com este panorama que o imigrante brasileiro acaba se destacando frente ao migrante paraguaio. Tinha mais experiências para o agronegócio e com reservas econômicas consegue manter-se, investir e progredir na região. Neste contexto, entende-se que o destaque dado aos imigrantes brasileiros se deve ao sucesso de sua fixação e a produção em larga escala no espaço colonizado. Esta situação histórica os levam ao reconhecimento como grupo de pioneiros da região e a definição de suas representações de si nos espaços colonizados.

Devido a condições infraestruturais disponíveis à época, Santa Rita teve um desenvolvimento lento até os anos 1980. Contudo, a construção de uma estrada pavimentada em fins do decênio permitiu o crescimento acelerado do município e a consolidação das redes de migrantes e imigrantes. Esta situação possibilitou com que o município ficasse conhecido como “A capital do progresso no Paraguai”, tendo como seus protagonistas os imigrantes brasileiros e a modernização do agronegócio, sobretudo da agricultura. Percebe-se, então, a definição de representações que demonstram a construção de uma memória coletiva em torno do coletivo de imigrantes e suas ações naquele espaço.

Soushaud mostra que em função da pequena população paraguaia encontrada nas franjas fronteiriças ocupadas por brasileiros, em um primeiro momento o espaço de colonização foi percebido: “El territorio constituido para ellos un apéndice del espacio económico del Brasil meridional y a la vez un territorio de La identidad gaúcho o sulista,

dentro del cualla cultura paraguaya es minoritaria” (SOUSHAUD, 2007, p.171).No entanto, na sequência de sua argumentação destaca que, com a democratização do Paraguai a partir de 1980, cresce no país o sentimento “anti-brasileiro”,o que também se deu com a organização dos camponeses paraguaios e a reivindicação por terras na região. Na década de 1990 também é criada a Lei n. 978/1996 para regulamentar as migrações no país e inserir restrições e barreiras político-administrativas do poder paraguaio frente à imigração brasileira incentivada desde os anos 1970: “El poder paraguayo, a pesar de las apariencias, si ejerce uncontrol sobre este espacio, imponiendo ciertas reglas a las poblaciones de inmigrantes y reservándose el derecho a expulsarlos” (SOUSHAUD, 2007, p.258). O autor faz esta reflexão destacando que na citada lei há muitas brechas e obstáculos, o que dificulta que os imigrantes se legalizem no país e isso propicia a ilegalidade, fazendo crescer a instabilidade. Exemplo disso está na questão da regulamentação de documentação nacional, tanto civil quanto patrimonial, onde atua o poder do Estado Paraguaio.

Souchaud (2007) e Silva (2005) fazem análises a respeito da organização político-territorial do Paraguai e constata a falta de ação do Estado em vários aspectos da vida nacional. Apontam as poucas ações em relação à organização do seu território na região Oriental e dizem que esta situação é resultado, entre outras coisas, do pouco poder econômico do governo central para atuar mais efetivamente na região. Esta questão leva a perceber como cresce o poder da atuação de estrangeiros no país, o que se dá a partir de intervenções econômicas e políticas, determinando certas representações sobre as regiões onde estão instalados. Seus estudos fornecem um panorama geral acerca da gestão do território e da atuação estrangeira no Paraguai, permitindo perceber o jogo do poder político, econômico e social que se estabelece em uma escala global no país a partir da interação e intervenção internacional.

Os estudos elaborados pelos referidos autores, juntamente com a pouca menção sobre a ação paraguaia para o desenvolvimento de Santa Rita, sugerem que os imigrantes brasileiros, ao se fixarem naquele espaço, puderam ali (re)construir e reproduzir suas referências individuais coletivas e uma versão particular sobre a história regional. Tais referências estão fixadas, principalmente, na economia e são apontados como as responsáveis pela implantação da modernização agrícola da região, bem como da constituição urbana do município.

Apesar de não ter sido encontrada muitas referências bibliográficas sobre a história de Santa Rita, verificou-se a existência de um trabalho intitulado *Los primeros pobladores que dieron inicio a La progresista ciudad de Santa Rita*, desenvolvido por alunos da

Universidade Nacional del Este no ano de 2010, disponibilizado na prefeitura como fonte oficial sobre a história do município. Nesta versão oficial da história local, o governo paraguaio teria começado a ter atuação na região, ainda que pequena, desde 1975, com a criação da primeira escola formal. Trata-se de um estabelecimento de ensino construído pela população majoritariamente imigrante, cuja manutenção era feita pelos pais dos alunos, porém regida pelo governo, onde atuava uma professora paraguaia. Sugere-se que a pouca informação sobre a atuação paraguaia na constituição do município seja resultado das construções enquadradas na memória dos imigrantes brasileiros, os quais são detentores de poder simbólico que marca sua história oficial.

Foi neste contexto que Santa Rita deixou de ser distrito e emancipou-se em 1989, tornando-se município autônomo. No ano seguinte, em 1990, teve como seu primeiro intendente, cargo referente a chefe da administração municipal, o paraguaio Carlos JaraTufari. Desde então o cargo consecutivamente passa de paraguaio para paraguaio, sendo que até 2014 nenhum representante brasileiro ou descendente tenha sido eleito para a função. A situação atesta que as fronteiras estabelecidas entre a população local também estão presentes no poder e no espaço legitimado a cada grupo que a compõe. Entretanto, mesmo a administração pública sendo de representatividade paraguaia, nota-se marcas da fixação de brasileiros na constituição do município.

A partir da organização da colonização de Santa Rita, percebe-se a reprodução de modelos de colonização implantados no Sul do Brasil<sup>2</sup>. Ela é implantada por um grupo que já tem experiência anterior com a colonização no Paraná, o qual reproduz os moldes de colonização destas regiões, direcionando a venda das terras, formando uma colônia, a princípio, de pequenas propriedades que cresce a partir de uma rede de sociabilidade. Esta forma de organização foi importante porque caracteriza a paisagem da cidade a partir das representações coletivas que os imigrantes brasileiros constroem sobre a região. Eles chegaram àquele espaço, entendido como vazio demográfico ou desabitado, desmataram as terras e passam a construir o município. A primeira providência tomada foi construir coletivamente uma igreja católica, a qual também era usada como escola, espaço que servia de respaldo para as ações de apoio e atividade sociais, econômicas e profissionais. Essas ações deram origem ao núcleo urbano do município, que cresceu ao redor dessas instituições, das quais a mesma igreja continua responsável pelas comemorações cívicas do município.

---

<sup>2</sup> A sucessão de reprodução do modelo de colonização utilizado no Sul do Brasil é abordada por Valdir Gregoy em **Os eurobrasileiros e o espaço colonial: migrações no Oeste do Paraná (1940-1970)**. Cascavel: Edunioeste, 2002.

Caracterizada por ser uma sociedade rural, Santa Rita cresce em torno dessa marca. Outra forma de organização dos imigrantes brasileiros é através de um Centro de Tradições Gaúchas (CTG), batizado com o nome de “Índio José”, fundado em 1991. Considera-se que as ações deste Centro passam a ser representativas para o desenvolvimento de Santa Rita, pois esta instituição atua a partir de comemorações e especificidades culturais gaúchas, como a gastronomia e várias danças. Além disso, possui papel de destaque na organização da Expo Santa Rita, feira do agronegócio considerada como a grande força impulsionadora da economia da região<sup>3</sup>. Conjectura-se que o CTG serviu de respaldo a ações de imigrantes brasileiros na sociedade paraguaia e contribuiu para a fixação de representações do Brasil naquele espaço, principalmente através de suas manifestações culturais.

Todas as instituições retro apontadas também foram incorporadas por paraguaios, especialmente a igreja, haja vista que o Catolicismo é a religião oficial e comum a imigrantes brasileiros e nativos migrantes. Contudo, as manifestações de integração e a naturalização do modelo estabelecido pelos imigrantes mostram que as representações de uma coletividade brasileira são reconhecidas nesse espaço.

Observadas as relações estabelecidas por esses diferentes grupos, pode-se notar que cada um atua de acordo com suas referências e o poder que detém. O imigrante brasileiro, a partir do poder econômico que detém, influencia de forma expansiva a construção do espaço a partir do agronegócio e de suas referências arquitetônicas e socioculturais. O migrante paraguaio, por sua vez, a partir do poder político-administrativo que tem nas mãos, atua de forma afirmativa na inserção dos símbolos nacionais, fazendo com que também sejam devidamente reconhecidos e comemorados.

Em trabalho citado anteriormente, tido como a história oficial de Santa Rita, e em material divulgado por ocasião das comemorações aos 20 anos do CTG Índio José, há narrativas dos fundadores do município. As falas registradas demonstram a existência de uma memória legitimada em torno do pioneirismo do brasileiro na região, cujo reconhecimento foi confirmado por uma de nós, em agosto de 2014, durante conversa informal realizada com representante da municipalidade de Santa Rita. Entende-se, portanto, que os interlocutores e os textos citados tinham suas intencionalidades e as mesmas passam por várias seleções. São narrativas amparadas por uma definição de história legitimada na região, isto é, falas reproduzidas sem alterações significativas, as quais, consecutivamente, corroboram certas representações, quais sejam: a chegada do imigrante brasileiro à região tida como inexplorada, o trabalho árduo ali realizado, o

---

<sup>3</sup> Maiores informações sobre a Expo Santa Rita constam no sítio eletrônico <http://exposantarita.com.py/>, acessado em 06/07/2015.

empreendedorismo no desenvolvimento do agronegócio e o papel protagonista no crescimento da cidade a partir de suas iniciativas.

Percebe-se, então, que a memória do município segue construída a partir do poder que cada grupo detém, suas experiências históricas e particularidades socioculturais. Os imigrantes brasileiros estão relacionados com o pioneirismo da região, bem como à produção agrícola e à herança cultural brasileira, sobretudo sulista, com a reprodução de valores considerados gaúchos nas construções, nomeações e práticas desenvolvidas. Já a referência paraguaia é percebida em construções tidas como mais rústicas, no hábito de tomar tereré, uma bebida nacional e refrescante, feita de erva-mate, semelhante ao chimarrão, bem como pela vestimenta e, principalmente, frente à presença dos símbolos nacionais. Os laços e as fronteiras entre os dois grupos também são mantidos a partir da linguagem e da gastronomia, fronteiras que determinam o fluxo da população e constituem as representações entre si.

### **Considerações Finais**

A memória é uma construção que vai além da evocação de lembranças a partir de um quadro social ou de uma faculdade mental. Faz parte de um trabalho contínuo e é constituída no âmbito da vida em sociedade, motivo pelo qual é influenciada e influencia as relações sociais estabelecidas entre os indivíduos. Ao alimentar a identidade, a memória ainda tem a ação de seleção das representações sobre o “nós” e o “Outro”, quer dizer, têm papel destacado na construção das fronteiras entre os grupos sociais.

Dentro desta perspectiva está inserida a discussão apresentada sobre a memória e a identidade em um espaço de colonização recente, como é o caso do município paraguaio de Santa Rita. Durante um regime de exceção, o governo central do Paraguai implantou políticas de imigração direcionadas para o Brasil e isso marca a construção social daquele espaço. Os imigrantes brasileiros, ao se fixarem ali, constituíram uma memória compartilhada a partir das experiências comuns, imprimindo suas características e reproduzindo referências socioculturais particulares. No que diz respeito às representações de imigrantes brasileiros em Santa Rita, pode-se perceber que eles imprimiram coletivamente suas características no espaço colonizado. Portanto, entende-se que foi a partir da construção de uma memória coletiva, baseada no trabalho de incorporação de experiências e expectativas, que os imigrantes passam a se identificar como coletividade e a reproduzir representações que os definem neste novo espaço. As formas de representação

do grupo não são apenas materiais, como quando lhes reconhecem pela produção agrícola, mas também simbólicas, com a definição de suas práticas socioculturais no município.

### Referências

- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Beltrand Brasil, 2001.
- CANAU, Joel. **Antropologia da memória**. Lisboa: Instituto Piaget, 2013.
- CANAU, Joel. **Memória e Identidade**. São Paulo: Contexto, 2011.
- CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano**: 1. Artes de Fazer. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
- CHARTIER, Roger. **História Cultural**: entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Beltrand Brasil; Lisboa: Difel, 1990.
- FELDMAN-BIANCO, Bela. A Antropologia Hoje. **Ciência e Cultura**, v.63, p.4-5, 2011.
- GREGORY, Valdir. **Os eurobrasileiros e o espaço colonial**: migrações no Oeste do Paraná (1940-1970). Cascavel: Edunioeste, 2002.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Rio de Janeiro: Vertice, 1990.
- HALBWACHS, Maurice. **Les cadres sociaux de la mémoire**. Paris: Mouton, 1976.
- IZQUIERDO, Ivan. Memórias. **Estudos Avançados**, v.3, n.6, p.89-112, 1989.
- JELIN, Elizabeth. **Los trabajos de la memoria**. Ciudad de México: Siglo Veintiuno Editores, 2001.
- POLLAK, Michael; HEINICH, Natalie. El testimonio. In: POLLAK, Michael **Memoria, olvido, silencio**. La producción social de identidades frente a situaciones limite. La Plata: Ediciones Al Margen, 2006.
- POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**, v.5, n.10, p.200-212, 1992.
- SILVA, Henrique M. Teuto-brasiguaios no oriente paraguaio: alguns apontamentos sobre as condicionantes históricas da formação de uma fronteira de caráter binacional. **Diálogos**, v.9, n.3, p.167-184, 2005.
- SOUCHAUD, Sylvain. **Geografía de La migración brasileira em Paraguay**. Asunción: UNFPA, 2007.

**Recebido:** 20/04/2015

**Aprovado:** 04/07/2015